

COMUNIDADE DE INVESTIGAÇÃO: UMA CONTRIBUIÇÃO FILOSÓFICA PARA E EDUCAÇÃO

Alana Gonçalves*

Resumo: O presente trabalho pretende propor um novo olhar sobre a Educação e discutir alguns aspectos da metodologia tradicional, percebendo a necessidade de ressignificá-los. Questionar para quem se dirige essa Educação nos desafia a pensar a sala de aula como uma comunidade de investigação. Para isso, se faz necessário estabelecer a distinção entre conceitos como argumento/argumentação, que abrange a dimensão do convencimento de um raciocínio pelo outro; e racionalidade/razoabilidade, disposição para considerar e respeitar outros pontos de vista. Esses conceitos se tornam vitais para a mudança da concepção de Educação, tanto quanto da construção da comunidade de investigação como uma nova maneira de estruturar a sala de aula.

Palavras-chaves: Educação. Filosofia. Razoabilidade. Argumentação.

1 Educação para quem?

A metodologia tradicional, ainda recorrente nas escolas, concentra-se em uma concepção de ensino/aprendizagem pautada pelo conteúdo, pois na maioria das vezes é ele que conduz toda a dinâmica empregada em sala de aula. Ou seja, o conteúdo a ser ensinado é o que define as atividades desenvolvidas pelos professores e se sobrepõe a outras dimensões da Educação, desconsiderando, principalmente, para quem está sendo ensinado. A questão que coloco se atribui a essa desconsideração com o aluno, afinal, é possível ensinar sem ponderar a parte que aprende?

A Educação é concebida com vistas à formação de profissionais. Como consequência disso, o que é ensinado visa apenas o fim profissional, que conta com um bom raciocínio – assegurado por aqueles que dominam a lógica – e compreensão geral de linguagem e demais conceitos. Essa concepção mecanicista da Educação descarta a disposição crítica de seus

* Graduanda do curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: alanagdesouza@gmail.com

elementos educacionais, tornando-os irrelevantes ao seu objetivo de formar pessoas para o mundo do trabalho. Contudo, seria realmente esse o papel da Educação?

A Educação é compreendida como um ato político-pedagógico operado pelo professor que, sendo o detentor do conhecimento, executa a dinâmica da aula a partir daquilo que sabe. A metodologia, nesse caso, é subordinada aos saberes do professor, que conduz a aula à sua maneira. Nesse aspecto, podemos questionar se é garantida a aprendizagem do aluno considerando apenas o que o professor sabe?

Se o professor não foi capaz de atingir o seu aluno a fim de ensinar seus saberes, coube à Psicologia buscar entender quem eram aqueles que aprendiam ou, nesse caso, que não conseguiam aprender e até mesmo acompanhar a dinâmica do professor em sala de aula. De Ivan P. Pavlov a B. F. Skinner, a Psicologia preocupou-se em especular o desenvolvimento da cognição do indivíduo de modo a teorizar como se dá a aprendizagem. Pavlov apostou numa abordagem comportamentalista, resultado de seus experimentos onde comprovava ser capaz de ensinar a partir do condicionamento do comportamento – associação entre estímulos e respostas. Já Skinner concebeu o indivíduo como um reprodutor mecânico daquilo que observa em seu ambiente. Percebendo que essas teorias levam em consideração a aprendizagem voltada para o indivíduo – particular – e a sala de aula é composta por um grupo de pessoas, que dinâmica daria conta da aprendizagem coletiva?

Ainda sob a perspectiva da metodologia tradicional, a sala de aula é organizada numa estrutura que potencializa o individual, a fim de assegurar que o aluno mantenha a sua concentração no professor que se dedica a ensiná-lo. Essa organização, que torna o professor o âmago da aula, se faz necessária no entendimento de Educação que emprega ao professor a responsabilidade de ensinar o que sabe. Se voltarmos à questão proposta anteriormente, que considera um ambiente coletivo, a sala de aula poderia ser vista como reflexo da sociedade? Ou, pelo menos, há como considerar a semelhança entre ambiente escolar e a sociedade?

Repensar uma nova Educação requer explorar essas questões e ressignificar sua compreensão, que busca garantir a aprendizagem coletiva, torna-se uma tarefa com certa urgência. Uma metodologia que explore a concepção que desvia o protagonismo em sala de aula do professor para o aluno, proporcionando ao aluno autonomia em sua aprendizagem. Entender o professor como o mediador entre os alunos que buscam conhecer, e não mais como o único detentor de conhecimento, que façam da sala de aula um local interativo e que possibilite a formação integral. A Educação não mais com o fim de formar profissionais,

mas de educar para a vida e o convívio social, pois a sala de aula também é constituída como sociedade.

2 Como obter tal mudança?

A ideia de que existe uma significativa diferença entre argumento e argumentação é relativamente nova, apesar de que a ideia de que a argumentação é um conjunto de argumentos é bastante conhecida na tradição filosófica desde Aristóteles. Vamos explicitar um pouco essa diferença visando mostrar a importância da segunda, a argumentação, para a construção de uma proposta pedagógica.

O que é um argumento? Uma definição razoável é a que diz que um argumento é um conjunto de proposições organizadas com vistas a uma conclusão:

Quando se constrói um argumento, há a pretensão de que as premissas sejam relevantes para a conclusão. Com efeito, de acordo com tal pretensão, se as premissas forem desgarradas da conclusão (p. ex., se tratarem de um assunto distinto desta) apenas impropriamente se pode chamar a essa coleção de frases um argumento. (BRANQUINHO, 2006, p.44)

Essa caracterização já nos dá uma pista sobre a natureza dos argumentos, a saber, argumentos são constructos lógicos, que nos permitem chegar a uma verdade partindo de algumas premissas e se orientando por algumas operações. Essa ideia de argumento é o que chamamos habitualmente de raciocínio.

Dois tipos clássicos de argumentos são os indutivos e os dedutivos. Enquanto nos primeiros o que importa é uma generalização obtida a partir de certas premissas, nos segundos o que temos é a particularização obtida a partir de premissas gerais. Uma das diferenças entre eles é que um argumento indutivo, se for forte, a conclusão nos fornece algo que até então não era conhecido, ao passo que um argumento dedutivo, se for válido, nos esclarece acerca de algo que já estava pressuposto nas premissas.

Uma curiosidade entre estes diferentes argumentos é que os primeiros, os de tipo indutivo, a verdade da conclusão depende sempre da verdade das premissas, enquanto que para os segundos essa condição não é necessária. Contudo, para argumentos de tipo dedutivo sendo as premissas verdadeiras a conclusão não pode ser falsa, pois tal situação o torna um argumento inválido.

São essas características lógicas que nos permitem dizer que um argumento bem construído permite o sucesso em termos da justificação ou do convencimento de alguém sobre

o que quer que seja. Disso podemos inferir que uma das funções básicas dos argumentos é a persuasão que as pessoas exercem umas sobre as outras, ou seja, os argumentos são a base da argumentação. Portanto, para que uma pessoa possa exercer o convencimento sobre alguém, através do uso de argumentos, ela precisa escolher bem as premissas que irá utilizar e saber o modo como irá usá-las para atingir seu objetivo.

Os argumentos também são essenciais por outra razão. Uma vez chegados a uma conclusão baseada em boas razões, os argumentos são a forma pela qual a explicamos e defendemos. Um bom argumento não se limita a repetir as conclusões. Em vez disso, oferece razões e dados suficientes para que as outras pessoas possam formar a sua própria opinião. Se o leitor ficar convencido de que devemos realmente mudar a forma como criamos e usamos os animais, por exemplo, terá de usar argumentos para explicar como chegou a essa conclusão: é assim que convencerá as outras pessoas. (WESTON, 1996, p.5)

Contudo, há algo nessa ação que ultrapassa o domínio puramente lógico, pois para que o convencimento tenha sucesso será preciso haver um acordo acerca do que está em questão. Aqui aparece a diferença antes mencionada entre argumentos e argumentação. Ou seja, para que convencimento tenha sucesso será preciso que o ouvinte identifique, entenda, aceite e que tenha a possibilidade de criticar e até mesmo refutar os argumentos em questão. Ora essa dimensão que se agrega aos argumentos não pode ser algo que seja possível dar conta pura e simplesmente pela lógica.

Essa diferença é importante por nos mostrar que a comunicação com vistas ao convencimento certamente não exclui a lógica, mas depende de algo mais para ter sucesso. Depende de uma ampliação da noção de racionalidade, a qual deve ser pensada para além do domínio epistêmico, levando em consideração os aspectos práticos e não puramente teóricos. Afinal é essa dimensão prática da razão humana, imanente ao processo argumentativo, a que permite a prática da comunicação.

A ideia de racionalidade está relacionada ao que se entende por argumento e, mais do que isso, ela depende dele para ser. A racionalidade depende dos argumentos para sustentar aquilo que crê e, ao mesmo tempo, é ela própria que determina a validade ou não de um argumento. Contudo, a racionalidade não tem compromisso de considerar aquele com quem dialoga.

Essa característica, a de reconhecer o raciocínio do outro e ponderar seu ponto de vista, vai além da racionalidade e está contida naquilo que chamamos de razoabilidade. O conceito de razoabilidade, no que diz respeito à sua importância na Educação, se refere à disposição ao diálogo e respeito ao ponto de vista dos demais. Ser uma pessoa razoável se faz

imprescindível se pensarmos uma comunidade de raciocinadores, pois seus componentes tendo a liberdade de expor seu raciocínio precisam estar dispostos a dialogar e rever suas próprias ideias.

Habermas argumenta que a filosofia não deve se esgotar na autorreflexão, antes sim, deve ater-se àquilo que dá sustento aos diversos âmbitos que compõem a vida social, a saber, o mundo da vida. Através desta perspectiva Habermas pensa ser possível descobrir uma razão que não se caracteriza pelo “logocentrismo”, antes sim, “que opera já na prática comunicativa mesma” (HABERMAS, 1990, p.61). Pois é nesta prática comunicativa, marcada pelas constantes distorções e deformações, que aparecem as pretensões de validade dos atos de fala, pretensões estas que se entrelaçam no interior de um mundo linguisticamente compartilhado. Ao que parece a ideia norteadora da teoria emancipatória de Habermas é a de que a ação comunicativa constitui as relações sociais e de que no interior desta ação reside a condição de possibilidade da instituição do social.

Esta nova situação não só apresenta o sujeito envolvido na ação como um observador, mas também como um ouvinte potencial, isto é, como aquele que além de observar participa do diálogo, ou seja, entra naquilo que Habermas denomina de “mundo da vida intersubjetivamente compartilhado de uma comunidade de linguagem” (HABERMAS, 1990, p.69). A concepção de sociedade apresentada na teoria de Habermas, onde a ideia de ordem social que se origina mediante a prática comunicativa regada pelas pretensões de validade e orientada para o consenso intersubjetivo, nos permite pensar que a concepção educacional da aprendizagem não está distante dessa forma dialógica de estruturação e manutenção da sociedade.

3 Filosofia, educação e a aprendizagem em sala de aula

Segundo Ann M. Sharp e Laurence J. Splitter, “o conceito de uma ‘pessoa razoável’ repousa no âmago da Filosofia e, indiscutivelmente, da educação em si e do ideal de democracia” (SHARP; SPLITTER, 1999, p.16). A razoabilidade é um dos conceitos a serem revisados quando nos referimos à educação, pois por muito tempo esteve ligada apenas à racionalidade, quando de fato vai além disso. Ser uma pessoa razoável é ter uma atitude social que demanda respeito e consideração pelo ponto de vista dos demais, além de admitir alterações na sua própria opinião. Como resume Sharp, “essa pessoa está, em outras palavras, disposta a raciocinar sobre esses assuntos. Isso aponta, por sua vez, para a importância de

ouvir e dialogar ativamente, e daí para a ideia da sala de aula como comunidade de raciocinadores” (SHARP; SPLITTER, 1999, p.17). Ser razoável compreende a disposição para raciocinar e agir em coerência com seus julgamentos.

Outro elemento importante para a constituição de uma nova dinâmica em sala de aula se concentra na dimensão normativa do pensamento, que se refere ao desenvolvimento do bom pensamento. Sharp e Splitter acreditam que “ensinar a pensar seja cultivar tanto as habilidades quanto as disposições propícias para o comportamento atencioso e razoável” (SHARP; SPLITTER, 1999, p.18). Essas habilidades e disposições são imprescindíveis na realização de bons julgamentos e colaboram para a recusa do professor como fonte de valores a serem passados aos alunos. Mais do que isso, é o reconhecimento da importância da investigação sobre os valores atribuídos a ideias e condutas, por exemplo.

Apresentados os elementos, é possível conceber uma metodologia capaz de comportá-los e que proporcione a dinâmica para o seu desenvolvimento. A comunidade de investigação fornece aos educandos um ambiente onde suas habilidades e disposições se desenvolvem impulsionadas por um espírito de cooperação, confiança e senso de objetivo comum: “o que evoca uma forma de prática de autocorreção, levada pela necessidade de transformar o que é intrigante, problemático, confuso, ambíguo ou fragmentado em algum tipo de todo unificador, que satisfaz os envolvidos e que culmina, embora experimentalmente, em julgamento” (SHARP; SPLITTER., 1999, p.31). Essas disposições são fundamentais para a formação da cidadania do indivíduo, se voltarmos ao ponto em que apontamos a semelhança entre a sala de aula e a sociedade.

Esse novo olhar sobre a Educação e o desafio de projetar uma metodologia que o compreenda nos leva a pensar, afinal, quem são nossos educandos? Qual o papel do educador na dinâmica em comunidade?

Referência

BRANQUINHO, João; MURCHO, Desidério; GOMES, Nelson Gonçalves. **Enciclopédia de termos lógico-filosóficos**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

HABERMAS, Jürgen. **Pensamiento Postmetafísico**. Madrid: Taurus, 1990.

SHARP, Ann M.; SPLITTER, Laurence J. **Uma nova educação: a comunidade de investigação na sala de aula**. São Paulo: Nova Alexandria, 1999.

WESTON, Anthony. **A arte de argumentar**. Lisboa: Gradiva, 1996.